

# Agricultura de subsistência e reprodução ampliada da vida: alternativas à economia do capital

*Agricultura de subsistencia y reproducción extendida de la vida: alternativas a la economía del capital*

**Sessão Temática: Ambiente construído, tecnologia e sustentabilidade**

SAMPAIO, Bruna Marinho; Mestranda; Universidade Federal de Minas Gerais  
brunamarinhosampaio@gmail.com

ROCHA, Caroline Cristiane; Mestranda; Universidade Federal de Minas Gerais  
carolinecrisrocha@gmail.com

## Resumo

Esse texto propõe uma reflexão sobre o uso da terra, partindo do entendimento de que a alimentação é necessária para a reprodução ampliada da vida. Retoma-se a alguns desdobramentos da chamada economia do capital, como a Revolução Verde, e a crítica à agricultura moderna, com suas consequências ao meio ambiente e à classe trabalhadora. A partir desse contexto, o esforço se dá em pensar conexões entre os temas da economia do trabalho e da agricultura de subsistência. Discutir a soberania alimentar pode contribuir para avançarmos na construção da reprodução ampliada da vida. Os modos de produção de alimentos tradicionais, relacionados à agricultura familiar, além de estabelecerem relação harmoniosa com o meio no qual são desenvolvidos, apresentam-se como resistência frente à lógica capitalista, com características correspondentes à economia do trabalho. Tudo isso, entretanto, demanda resistência, pois a terra, imprescindível à produção de alimentos, é historicamente um lugar de disputa.

**Palavras-chave:** saberes tradicionais, crítica à modernidade, economia do trabalho.

## Abstract

This text proposes a reflection on land use, based on the understanding that food is necessary for the expanded reproduction of life. We return to some developments of the so-called capital economy, such as the Green Revolution, and the criticism of modern agriculture, with its consequences for the environment and the working class. From this context, the effort is made to think about connections between the themes of the labor economy and subsistence

agriculture. Discussing food sovereignty can contribute to advancing in the construction of the expanded reproduction of life. Traditional food production methods, related to family farming, in addition to establishing a harmonious relationship with the environment in which they are developed, present themselves as resistance to the capitalist logic, with characteristics corresponding to the labor economy. All this, however, demands resistance, as land, essential for food production, is historically a place of dispute.

**Keywords:** traditional knowledge, critique of modernity, labor economy.

## 1. Introdução

Seja no campo ou na cidade, a terra é sempre um lugar de disputa. A centralidade da terra está presente desde os conflitos dos povos indígenas contra os grandes capitais que exploram os recursos naturais, até a luta por um espaço de moradia pelos trabalhadores nos grandes centros urbanos contra a especulação imobiliária; desde as resistências de décadas do movimento campestre contra o grande latifúndio até às reivindicações dos povos afro-diaspóricos pelo reconhecimento de territórios quilombolas contra agentes que insistem na sua criminalização; desde a periferia até o centro.

A luta é também uma resistência daqueles povos que utilizam a terra para além do valor de troca, e por isso mesmo se configuram como ameaças, como novas formas de poder, sobretudo frente ao sistema capitalista monopolista. Povos tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e também trabalhadores do campo, estão na linha de frente na disputa contra o colonialismo para construção de outros futuros. Mas também é a questão da terra que poderá trazer respostas às crises socioambientais e urbanas.

Para a economia do capital, o que vale é o que está debaixo da terra, o que pode ser explorado, o que pode ser transformado em mercadoria. As comunidades não têm valor, são apenas um obstáculo. Considerando a emergência do antropoceno, as consequências dessa predação dos territórios, buscamos refletir sobre como superar as situações limites que nos encontramos, decorrentes em grande parte da modernidade pretendida.

As consequências do novo regime de acumulação de capital, o neoliberalismo, levam a profundas modificações nos modelos econômicos dos países, principalmente aqueles do sul global. De acordo com Coraggio (2011), o modelo trabalho-salário-cesta básica de bens e serviços para manter a família está sendo reduzido. O Estado, diretamente relacionado ao capital, limita a possibilidade de impulsionar políticas redistributivas mediante o gasto social, e o sistema passa cada vez mais a se distanciar da renovação de sua promessa de melhoria intergeracional (de geração em geração) das condições de vida. (CORAGGIO, 2011).

Com a menor cobertura do Estado para manutenção das expectativas de melhorias na qualidade de vida e a crise no sistema empresarial capitalista, que passa a não mais absorver a população economicamente ativa como trabalhadores assalariados, aprofundam-se as

desigualdades sociais já existentes. A ausência de mecanismos de regulamentação do trabalho, os baixos salários, a desocupação e subocupação são alguns dos problemas mais latentes das grandes cidades. Toda essa precarização afeta diretamente a qualidade de vida da população, inclusive no que diz respeito ao acesso aos alimentos, indispensáveis no dia-a-dia e que, quando não consumidos, resultam na impossibilidade de desenvolvimento de outras atividades.

A mercantilização do alimento transfigura seu caráter essencial, indispensável à sobrevivência humana, fazendo com que este, dentro da lógica capitalista, deixe de ser considerado enquanto seu valor de uso e assumo valor correspondente ao de troca, sendo o primeiro determinado em função de sua utilidade, relacionada às suas propriedades físicas, enquanto o segundo submete-se às lógicas que variam no tempo e espaço.

A contemporaneidade nos apresenta várias questões emergentes, que requerem novas maneiras de agir frente a um tempo de múltiplas crises (MONTE-MÓR, 2018). Demanda ouvir as reivindicações populares e pensar na possibilidade de múltiplos e diversos atores se articularem, engajando-se em um projeto comum. Um planejamento urbano comprometido com esse projeto de comum pode contribuir ampliando o debate sobre a reprodução ampliada da vida, trazendo a terra como esse lugar de disputa.

## 2. Campo, trabalho e agricultura no sistema capitalista

O advento da revolução industrial determina uma inversão hierárquica entre os espaços existentes e utilizados para desenvolvimento da sociedade pós-industrial, condição em que a primazia do campo dá lugar à maior relevância da cidade no conjunto social. Neste contexto, "a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês", enquanto o campo "não é mais — não é nada mais — que a "circunvizinhança" da cidade, seu horizonte, seu limite". (LEFEBVRE, 1999 [1970]), p.23-24).

Decorreu-se ainda enquanto resultado do processo de industrialização, o delineamento de três "campos" sucessivos: o rural, o industrial e o urbano; sendo o último considerado catalisador e analisador dos preexistentes. (LEFEBVRE, 1999 [1970]). O urbano, sendo equivalente ao industrial, acompanha ainda a extensão de seu tecido, entendido como "o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo", pelo espaço, conferindo processo que "corrói os resíduos da vida agrária". (LEFEBVRE, 1999 [1970], p.17). A transição do rural ao urbano consistem um dos problemas que

se sobrepõem, exasperam-se: o destino de uma terra marcada pela história, as tradições camponesas, os próprios camponeses. A industrialização se apodera de regiões até então esquecidas. A urbanização, cuja importância está em constante crescimento, transforma o que antes existia. (LEFEBVRE, 1978, p.11).

A realidade urbana, modificadora das relações de produção, apesar de não as transformar, converte-se em força produtiva, sobretudo do espaço, e produz, simultânea e



consequentemente, a sociedade urbana, definida por Lefebvre “como a sociedade que resulta da urbanização completa”. (1999 [1970], p.15). A relação dialética entre campo e cidade, faz com que a sociedade urbana leve à degradação e ao desaparecimento do campo e dos camponeses. Observa-se, conjunturalmente, o desenvolvimento de um processo que caracterizou a incorporação, ou subjugação, do campesinato, forma societária correspondente ao campo, à lógica da sociedade urbana.

Esta nova sociedade, organizada em função de um sistema econômico de base industrial e capitalista, experimentou por isso mudanças relacionadas ao trabalho, uma vez que “o capital e o capitalismo não podem crescer sem que existam trabalhadores dispostos a trabalhar [...] [e que] tenham como única propriedade a propriedade da sua força de trabalho”. (MARTINS, 1981, p.141). Essa realidade não se aplicava necessariamente ao campo, uma vez que muitos dos que ali viviam tinham como fonte principal de renda a comercialização de alimentos, sobretudo o excedente, quando considerados grupos familiares e pequenas cooperativas. Do ponto de vista da acumulação capitalista, era necessário mudar essa realidade.

O processo por meio do qual o contexto agrário brasileiro se desenvolveu refere-se com o modo de produção capitalista, assim como na França, país no qual o capitalismo significou uma reforma agrária que resultou na “concentração da propriedade das boas terras [...]”; provocou o predomínio do arrendamento em detrimento da parceria, individualismo, maquinismo, industrialização da agricultura, etc.”. (LEFEBVRE, 1978, p.74). No entanto, em função de sua condição na economia mundial, a agricultura brasileira caracteriza-se a partir de três princípios organizativos: caráter subordinado, finalidade comercial e monopólio (FRANK, 1965).

O princípio de subordinação no setor agrícola brasileiro é eminente, sendo que “as safras para venda e a agricultura para exportação dominam e determinam completamente as atividades do setor de subsistência, essencialmente residual”. (FRANK, 1965, p.189). Apresenta-se ainda o caráter mercantil de toda a produção agrícola correspondente ao país, onde “mesmo a agricultura de subsistência e as relações ‘feudais’ de produção são fundamentalmente determinadas pelo comércio [...]”, enquanto o monopólio é resultado da realidade experimentada, sendo “comum que a terra, principal fator da produção agrícola, esteja concentrada em poucas mãos”. (FRANK, 1965, p.190). Ressalta-se que, não obstante ao fato de caracterizados separadamente, estes três princípios analisados se entrelaçam e se apoiam mutuamente, consistindo na complexidade e perpetuação da lógica relativa à produção agrícola brasileira, campo agricultável do mundo.

Desde a Segunda Guerra Mundial busca-se justificar a racionalização do sistema alimentar global com fins à erradicação da fome, principalmente nos países periféricos do sistema capitalista, contexto a partir do qual tem-se o empenho de esforços tecnológicos para ampliação da produção. O advento da Revolução Verde, qualificada por Zamberlan e Fronchetti como “um jeito capitalista de dominar a agricultura” (2001, p.13), contribuiu para

massificação do alimento enquanto mercadoria, não tendo tido efetivo para melhoria nas condições de acesso, principalmente à alimentação saudável.

Tal modelo agrícola, baseado na Revolução Verde e tido como “moderno”, foi intensamente criticado, sobretudo quanto aos impactos ambientais, sendo considerado uma forma insustentável de uso da terra. (LASCHEFSKI, 2019). Cabe ressaltar, no entanto, que tais impactos não se restringem aos ambientais, sendo os efeitos sociais igualmente significativos, uma vez que este resulta

na perda de autonomia dos camponeses sobre os seus meios de produção devido à necessidade de capital para adquirir os insumos agrícolas. [...] A modernização agrícola, assim, configura para muitos a inserção forçada no mercado, com o risco de os camponeses entrarem num círculo vicioso de endividamento junto às instituições que fornecem os créditos necessários. (LASCHEFSKI, 2019, 473).

Todo esse contexto das transformações do campo, do trabalho e seus respectivos papéis no sistema capitalista contribui para seguir o debate sobre alternativas às crises e à superação da hegemonia capitalista. É necessário pontuar que a luta contra a globalização, contra o colonialismo e contra o imperialismo se dá nos diversos engajamentos que emergem, ainda que em uma realidade social tão inóspita. As lutas coletivas, capazes de articular um projeto comum, perpassam por visões de transição de mundo, tais como os questionamentos sobre crescimento, progresso, racionalidade e modernidade.

Essas lutas assumem que a modernidade só foi possível através da colonialidade (imposição de uma lógica extrativista de produção, portanto, uma tradição colonial) e para interrompermos esses processos de exploração e dominação devemos configurar espaços emergentes do pós-desenvolvimentismo, do pós-extrativismo e do *buen vivir*. A luta camponesa reforça-se a partir de outras representações - sindicatos, movimentos ambientalistas, feministas, étnicos, associações e outras formas de poder coletivo popular - que buscam operar pelo bem comum. As utopias urbanas encontram nas utopias camponesas (MONTE-MÓR, 2018) e nos povos que mantêm seu contato com a terra, caminhos a percorrer, alternativas às crises.

### **3. Outros saberes, superação da modernidade e alternativas à economia**

A modernização da produção no campo e a alteração das relações de trabalho discutidas anteriormente, inserem-se no contexto da modernidade iluminista. Latour (2013) coloca que a narrativa da ciência é uma narrativa épica, que determina um status de relevância a essa modernidade e subjuga os outros saberes. A modernidade, enquanto modelo, confere no extremo da destruição das formas de vida que não são definidas cientificamente (LATOURE, 2013), por meio da anulação do seu passado, numa tentativa de criação de uma “natureza” através da lente da razão, da civilidade.

O Estado, se valendo desta estratégia, mantém diversas formas de dominação, as quais transparecem a barbárie do capitalismo, do desenvolvimento a todo e qualquer custo, as lógicas hegemônicas de produção e reprodução social. A constituição de uma coletividade alternativa se apresenta como um caminho possível para superação desta barbárie, sendo uma recusa à racionalidade do progresso e uma proposição cosmopolítica contra o projeto político capitalista. Busca-se, como saída à pretensão homogeneizante, uma ecologia das práticas, que consiste em um caminho que precisa ser coletivo, a partir das vozes dos próprios grupos, como coloca Stengers (2019).

Pensar respostas que visem superar a dominação do conhecimento técnico-científico e o paradigma da modernidade em definir uma episteme universal, passa por opor-se à invalidação constante do que é produzido pelos saberes tradicionais/populares. É necessário o resgate de conhecimentos que não foram considerados pela técnica convencional e, principalmente, a valorização do conhecimento gerado na vida cotidiana.

Tal mudança poderá se dar por meio de organizações circulares e não hierárquicas, horizontais e plurais (SANTOS, 2015), diferente daquelas responsáveis pela criminalização e silenciamento dos povos que utilizam a terra além do valor de troca. Que entendem a terra enquanto espaço de vida, ambiente de harmonia. Lugar de circularidade, de troca com a natureza, de dependência com o ambiente natural e da necessária interação com as representações não humanas. Estes se configuram como ameaças (entre outras ideologias) aos grandes empreendimentos desenvolvimentistas, como as hidrelétricas, as mineradoras, o agronegócio, as indústrias químicas, etc.

Os outros saberes se contrapõem à modernidade, uma vez que possibilitam pensar em projetos para o comum, através da construção da confiança e dos vínculos entre os diversos agentes atuantes no espaço. Segundo Federici (2019), o conceito de bem comum está no centro das discussões dos movimentos sociais por a) possibilitar o fim do modelo estadista de revolução, entendendo que ações autônomas das populações são revolucionárias em si, e por b) dar visibilidade às outras relações, como base de uma economia não-capitalista.

As mulheres, os povos indígenas, os trabalhadores do campo estão na vanguarda na luta anticapitalista, que se dá na relação com os saberes tradicionais e na relação com a terra; através da agricultura de subsistência, do respeito ao tempo da terra; e também por meio da luta pelo direito de constituir suas comunidades. “A produção de subsistência contribui para um modo de vida não competitivo, centrado na solidariedade que é fundamental para a construção de uma nova sociedade”. (FEDERICI, 2019, p.301).

Portanto, se a produção passa ser de subsistência, a terra deixa de ser mercadoria, porque a produção de alimentos passa pelo uso da terra, e não é uma produção mercantilizada (no sentido que é até então), e sim para a sobrevivência. O alimento é base, já nos ensinaram os povos contra-coloniais (SANTOS, 2015), porém depois de pensar no alimento, é necessário constituir uma outra economia, alternativa à economia capitalista. A não exploração do trabalho e a não exploração dos recursos naturais são bases da economia do trabalho

discutida por Coraggio (2011). É possível, então, discutirmos a relação entre a economia do trabalho e a reprodução social, bem como refletir sobre sua potencialidade como alternativa à economia do capital.

O funcionamento do sistema capitalista depende, inexoravelmente, da força de trabalho (ou capacidade de trabalho), entendida como

o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo [consistindo em uma mercadoria peculiar]. (MARX, 2013 [1867], p.272-273).

Sendo a produção e a reprodução da força de trabalho processos constitutivos do capital. A medida que tudo o que é necessário para a reprodução social é mercadoria - alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde, etc., - o salário torna-se o meio pelo o qual o trabalhador irá alcançar as condições necessárias para produzir novamente. Para o exercício de sua função nessa sociedade, o proletário carece, dentre outros, de meios de subsistência, sendo necessário a este “consumir a cada dia, tanto antes como no decorrer de seu ato de produção”. (MARX, 2013 [1867], p.271). A alimentação, enquanto parte constituinte dos meios de subsistência, por exemplo, é consumida e tem de ser reposta cotidianamente.

Não só no Brasil, mas em muitos outros países, principalmente aqueles subordinados ao imperialismo, a modernização da agricultura prometia a erradicação da pobreza. Porém, essa modernização só contribuiu para a acumulação do capital e destruição da cobertura vegetal, degradação dos solos e difusão de veneno, sobretudo na forma de sementes modificadas. Como colocado por Ferreira (2021), a partir das experiências realizadas pela Teia dos Povos<sup>1</sup>, “essas empresas construíram uma cadeia de dependência para nós e para a terra, sufocando a biodiversidade e nos afogando em dívidas”. (FERREIRA, 2021, p.63). Além disso, a terra enquanto valor de troca converte produtores menores em reféns dos grandes mercados e seus preços - que definem o que é produzido e o que é consumido -, pois

os quintais onde produzíamos um pouco de nossa comida foram transformados para virar casa para os nossos parentes, para fazer renda extra com um pequeno comércio ou aluguel, tudo fruto da especulação imobiliária e da valorização terreno urbano. (FERREIRA, 2021, p.61).

Portanto, a transição agroecológica é fundamental para os povos que almejam sua autonomia, para uma construção de um poder desde baixo, a partir dos territórios. A produção de alimentos é premissa básica para a construção desse poder, pois, “a fome tem sido condição de chantagem neste país para que os povos não enfrentem seus algozes [...] soberania

---

<sup>1</sup> Fundada em 2012, configura-se como uma articulação de povos: indígenas, quilombolas, movimentos camponeses, organizações políticas e “sujeitos em luta, embora desterritorializados”. (FERREIRA, 2021).



alimentar é uma caminhada, sem a qual nossa jornada poderá ficar comprometida”. (FERREIRA, 2021, p.31).

Nesse sentido, a semente e o conhecimento sobre o cultivo das espécies presentes no território passada pelos mais velhos são elementos fundamentais para romper com a homogeneização da alimentação imposta pelo agronegócio – independente do bioma de cada região, da cultura de cada lugar. “Um povo que vai lutar por sua terra, por seu território, não pode ser um povo fraco, mal nutrido, que possui doenças associadas à má alimentação promovida pelo capitalismo”. (FERREIRA, 2021, p.64). A agroecologia também inclui a geração de renda. E a produção de sementes é um passo fundamental para a independência do mercado. “As culturas que produzirão renda, recursos para nossa dignidade, devem vir depois de termos garantido as condições objetivas de alimentar nosso povo”. (FERREIRA, 2021, p.65).

#### **4. Relacionando agricultura de subsistência e economia do trabalho**

De acordo com Monte-Mór (2018), a crise do capitalismo globalizado nos acomete por meio de múltiplas crises, em níveis e modos distintos – não somente a econômica, mas a social, a política e a ambiental. As grandes transformações dos nossos tempos geram também uma resposta das populações, uma visão transformadora, que considera as esferas coletivas, os problemas comuns e articulação de várias escalas e sujeitos (humanos e não-humanos), em oposição ao espírito do capitalismo, uma visão micro e individualista.

As crises do capitalismo demandam outras economias e principalmente a discussão acerca de quais são as necessidades das populações, para assim promover a superação da produção para a acumulação. Coraggio (2011) nos lembra que necessitamos dos movimentos sociais para chegar a essas outras economias – movimento camponês, movimento indígena, movimento feminista, movimento sindical, movimento cooperativista, pois, para além de todas as reivindicações e as especificidades de cada movimento, o autor entende que todos esses movimentos possuem uma dimensão econômica, e por isso têm algo a dizer sobre uma outra economia.

Coraggio (2011) coloca que o campo econômico atual é conformado por uma combinação de uma economia capitalista (monopolizada e de acumulação acelerada), junto a uma economia pública (com funções reguladoras mínimas e políticas sociais assistencialistas), e a uma economia popular (regida pelas necessidades de seus membros). Segundo o autor, a economia segue subordinada ao capitalismo de monopólio, que impõe um regime de polarização social (e conseqüentemente, de concentração de riquezas) e de economia aberta ao mercado global (mantendo antigas relações imperialistas). Frente a isso, a economia pública deve se reajustar, agindo contra essa dependência da superexploração do trabalho e da espoliação dos recursos naturais. Em resposta à necessidade de outras formas de organização do próprio trabalho, “a economia popular se organiza mediante a unidades domésticas, redes de ajuda mútua, comunidades e associações voluntárias diversas e através

de trocas mercantis ou recíprocas”. (CORAGGIO, 2011, p.99). É, portanto, uma economia centrada no trabalho como principal recurso.

A transformação da economia solidária na Economia do Trabalho (CORAGGIO, 2011), com sua lógica própria, não subordinada ao capital, volta-se à reprodução ampliada da vida de todos. Tiriba (2018) reflete que os “parâmetros de reprodução ampliada da vida pode ter como base pesquisas sobre o que, genericamente, denominamos ‘espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente’” (TIRIBA, 2018, p.82), identificando três destes:

- a) “Espaços/tempos revolucionários” – quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade. [...];
- b) “Espaços/tempos das culturas milenares dos povos e das comunidades tradicionais” [...];
- e c) “Espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado”, nos quais as estratégias associativas de trabalho se configuram como parte integrante da economia popular, da economia popular solidária, dos movimentos de fábricas ocupadas, dos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, das experiências de agroecologia fundadas no trabalho coletivo e nos laços de solidariedade no conjunto da comunidade. (TIRIBA, 2018, p.82)

Tal lógica presente nesse terceiro espaços/tempos orienta também um projeto político, onde a qualidade de vida não se reduz a obtenção de mais bens ou mais dinheiro e sim em valores como integridade moral, sociabilidade, segurança pessoal e convivência, redução do risco da vida social e biológica. Seu fim último seria a constituição de sociedades mais igualitárias e democráticas. Monte-Mór (2018) ressalta nesses movimentos emancipatórios o sentido coletivo e colaborativo, em oposição à competição acirrada e individualista. São outras perspectivas de produção e reprodução social, operando por meio da colaboração e das relações humanas.

Santos (2015) nos apresenta o conceito de biointeração, a partir da sua vivência em uma comunidade quilombola, enquanto a interação entre o trabalho e o ambiente vivido, a qual depende de uma confluência das ações de todos que vivem na comunidade – vida humana em comunhão com a natureza. É a partir da biointeração que se dão as expressões produtivas de extrair, utilizar e reeditar, onde tudo que é produzido é fruto da energia orgânica. Estando a riqueza no compartilhamento de saberes e na incorporação das diversas cosmovisões.

Nesse sentido, a economia é baseada na abundância, no equilíbrio da interação do ser humano com a natureza. Ela se dá a partir do trabalho, momento no qual cria-se relações e modos de vida. É necessário apreendermos dessas visões para construirmos uma coletividade formada por individualidades. Para mudarmos radicalmente da lógica do desenvolvimento para a lógica do envolvimento (SANTOS, 2015), pensando a comunidade enquanto um princípio de cooperação e de responsabilidade para com o outro e para com a terra (FEDERICI, 2019). Tudo isso são caminhos para superar o distanciamento da produção, da reprodução e do consumo, que nos leva a ignorar as condições sob as quais o que comemos, vestimos ou trabalhamos têm sido produzidos, seu custo social e ambiental.

## 5. Considerações finais

A introdução de tecnologias que resultaram na alteração substancial das atividades agrícolas, desenvolvidas majoritariamente no campo, além de não ter solucionado a questão relacionada à fome, sendo este o discurso associado, resultou em mudanças na vida da população que tinha como principal fonte de renda a produção de alimentos. A agricultura de subsistência, enquanto alternativa à mercantilização dos alimentos, configura-se como resposta ao modelo capitalista de produção e reprodução da força de trabalho, uma vez que tendo condições de suprir a demanda alimentar diária o trabalhador não precisa, necessariamente, se submeter a oportunidades com remuneração salarial equivalente ao mínimo necessário à sua própria reprodução. Situação que configura alto poder de resistência frente ao sistema, possibilitando o vislumbre de emancipação deste, ao mesmo tempo em que proporciona acesso a alimentos de melhor qualidade, o que diminui as condições de insegurança alimentar experienciadas por muitos brasileiros.

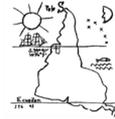
Este modelo de agricultura, como a própria denominação pressupõe, apresenta-se ainda como exemplo de economia solidária, que surge a partir da demanda de um produto mercantilizado pelo sistema e tornado inacessível (e sem qualidade) para populações pobres, ainda que seja indispensável à condição humana. A economia solidária, de forma ampla, emerge da necessidade de sobreviver dentro do sistema capitalista, promovendo uma reprodução para além da referente à força de trabalho, consistindo em uma reprodução ampliada da vida, a partir de ações que ultrapassam as realizadas com fins estritos de comercialização.

Ademais, tem-se que a forma como a produção de alimentos se desenvolve apresenta relação direta com mudanças no clima, há muito previstas e recentemente sentidas de maneira mais efetiva. O modelo agrícola convencional, oriundo do desenvolvimento de técnicas relacionadas à Revolução Verde, pode ser associado à emissão de gases que contribuem para o efeito estufa, uma vez que se tem a emissão de carbono, por exemplo, a partir do consumo de combustíveis fósseis no extenso maquinário utilizado durante o processo de plantio e colheita, e até mesmo na distribuição e transporte dos alimentos (cada vez mais globalizados).

No “Relatório do Clima”<sup>2</sup> apresentado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC na sigla em inglês), constata-se o impacto das ações humanas sobre o clima, discutidos como reflexos do antropoceno. Segundo os cientistas, apenas a redução drástica de emissão de gases de efeito estufa, como o CO<sub>2</sub>, pode estabilizar o aumento da temperatura no planeta. É necessário mudanças na lógica de produção e a retomada de processos e técnicas utilizadas por populações que estão diretamente ligadas à terra (por isso subalternizadas nesse sistema), configurando a possibilidade de atenuar tais impactos.

---

<sup>2</sup> CLIMATE change widespread, rapid, and intensifying – IPCC. *The Intergovernmental Panel on Climate Change*, 2021. Disponível em <<https://www.ipcc.ch/2021/08/09/ar6-wg1-20210809-pr/>> Acesso em: 25 ago 2021.



No contexto brasileiro, considerando que o relatório aponta que o aumento de temperatura na América do Sul poderá ser superior ao da média global, a alteração das condições às quais estamos habituados resultará na ocorrência de fortes chuvas, secas mais severas e duradouras, e incêndios florestais. Tal condição, associada ao fato de que o Brasil se configura como um dos principais produtores de alimento mundial, poderá ocasionar no agravamento dos índices de fome já estarrecedores, sobretudo em seu próprio território, uma vez que a maior parte da produção é exportada.

Não é possível mais ignorar as condições sob as quais o consumo humano tem se mantido, quais seus custos sociais e ambientais. Ações conjuntas entre governos e cidadãos podem combater a emissão de CO<sub>2</sub> e trazer soluções à emergência climática, mas não somente isso. Não há superação das desigualdades sem redistribuição da produção. Não há decisões pautadas no bem comum em uma democracia que atende aos interesses do capital. Não há possibilidades de recuperação ambiental em um modelo econômico que privilegia a acumulação e não a reprodução ampliada da vida.

A emergência climática corrobora, portanto, com a necessidade de repensar como a produção de alimentos afeta não somente às populações diretamente ligadas à produção familiar, nem tampouco à população que consome produtos geneticamente alterados, mas o planeta como um todo. Precisamos, enquanto sociedade, questionar de onde são os produtos que compramos, qual o percurso necessário para que o alimento chegue até nós, quais são as relações sociais envolvidas no processo, dentre outros. O fortalecimento da economia do trabalho em detrimento à do capital, especificamente na produção alimentar, apresenta-se como potencial à criação de alternativas que consistam em caminhos para a superação desses tempos de crise.

Portanto, entende-se que é urgente fortalecer outros saberes, outras práticas, outras formas de produção, outras economias. É necessário apreender dos movimentos de luta, que preconizam a recuperação de uma relação com a terra e a criação de uma conciliação entre os povos, considerando suas diferenças em torno de uma unidade. Antes de pretender fechar a discussão sobre o tema, o exercício aqui proposto é de continuar pensando conexões entre a produção de subsistência, a agricultura familiar, a economia do trabalho e a reprodução ampliada da vida. Entende-se que estas conexões podem se dar nos movimentos que emergem, tanto no campo quanto na cidade, que reivindicam autonomia e soberania para seus territórios, e que considerando a natureza, buscam a criação de futuros possíveis, principalmente para as gerações que ainda virão.

### Referências:

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Por terra e território**: Caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Editorial de ciencias sociales, 1965.

LASCHEFSKI, Klemens. Clima e equidade ambiental: utopias tecnológicas insustentáveis e a negligência do metabolismo urbano. In: FLORIT, L. F.; SAMPAIO, C. L. C.; PHILIPPI JR, A. (orgs.). **Ética socioambiental**. Barueri: Manole, 2019. p. 463-500.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: 34. p. 129-150. 2013.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península. 268 p. [1970] 1978.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes. 1981.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013. E-book.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial. São Paulo, [1848] 2010.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Utopias urbanas e outras economias. In: ANDRADE, Mônica Viegas; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta (Eds). **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. 2015.

STENGERS, Isabelle. **Résister au Désastre**: Dialogue avec Marin Schaffner. Paris: Wildproject Editions, 2019.

TIRIBA, Lia. **Reprodução ampliada da vida**: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. *Otra Economía*, v. 11, n. 20, p. 74-87, 2018.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia**: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.